

CONFLITO DA FAZENDA JAPUARA: NOVOS OLHARES, MEMÓRIAS REVISITADAS¹

Francisco Maurigélbio Estevão Gomes²
Francisco Dênis Melo³

RESUMO: O Conflito da Japuará ocorrido em 02 de janeiro de 1971 na cidade de Canindé-Ce. ainda levanta várias dúvidas e representações sobre os fatos ocorridos naquela fazenda, fatos que ocasionaram a primeira desapropriação para Reforma Agrária no Ceará, o que chamou a atenção de pesquisadores de várias disciplinas, cada qual enfocando uma visão peculiar sobre o conflito.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral. Memórias. Violência no Campo.

ABSTRACT: The Clash Japuará occurred on January 2, 1971 in the town of Caninde still raises several questions and representations of the events that occurred on that farm, facts that led to the first expropriation for agrarian reform in Ceará, facts that caught the attention of researchers from various disciplines, each focusing on a particular view on the conflict.

KEYWORDS: Oral History. Memories. Violence in the Countryside.

INTRODUÇÃO

Discutiremos os acontecimentos desenrolados na fazenda Japuará em Canindé, que no ano de 1971 teve suas terras como palco de um conflito originado por divergências trabalhistas relacionados aos direitos dos camponeses negados pelo novo proprietário que havia comprado a fazenda em 1968. O evento que ao longo dos anos foi apreendido e reproduzido por outros pesquisadores de diferentes áreas e setores sociais como “movimento social pela reforma agrária”, ou como exemplo de violência coronelista, e também como mostra da opressão estatal face do período pós-1964, estabelecendo ligações sociopolíticas que as personagens do evento desconhecem ou negam quando entrevistados.

O objeto histórico em questão abre-se um leque de possibilidades de interpretações, não estando nenhuma enenhum dos autores que estarão abaixo elencados – erradas. Consideramos que cada uma delas privilegiou apenas um aspecto de tão grande dinâmica sócio-histórica desenrolada naquele evento.

1 Artigo apresentado no Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Teoria e Metodologia da História;

2 Licenciado em História e Especialista em Teoria e Metodologia da História ambos pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, gelbio_historiador@hotmail.com;

3 Professor do Curso de História-UVA, orientador do trabalho.

Ao trabalharmos com os denominados movimentos sociais originados de conflitos agrários, estes nos colocam em situação delicada, pois são alvos de olhares, talvez, comprometidos com ideologias que poderão sacralizar uma percepção linear sobre o fato. E se esse “movimento social” está localizado temporalmente entre os anos 1964 e 1985, época em que o país foi gerido por militares, tal visão cristaliza-se ainda mais, podendo as vezes prejudicar pesquisas discordantes das análises de outros autores.

Edgar de Decca nos avisa dos perigos possíveis quando tratamos desses temas quando nos diz: *“Enquanto outras áreas de investigação histórica podem ser debatidas sem as paixões da política e da ideologia, os movimentos sociais parecem não permitir essa isenção de ânimos tão salutar”* (de Decca: 1999. p. 13), sendo que essas ditas paixões são frutos de historiadores marxistas que elevaram o prestígio de setrabalhar com tais temas, o que reafirmando de Decca, é um terreno escorregadio para se trilhar, já que facilmente nos rendemos “a defesa” dos oprimidos.

Assumindo nossa relativa experiência nos trabalhos de pesquisa temos que nos render à autores que fizeram escola ou a obras que marcaram seu território no espaço historiográfico. Entretanto não podemos aceitá-los como verdades absolutas – o que sabemos não ser possível em História – e nem nos isentar de tentar corrigir possíveis incorreções⁴, mesmos que estas sejam consideradas a “história real” dos fatos.

Para entendermos essas “inorreções”, observaremos primeiro os fatos relacionados ao conflito ocorrido na Fazenda Japuara, localizada na área rural do município de Canindé-Ceará, no segundo dia do ano de 1971. Uma contenda que envolveu agricultores-moradores da fazenda, o proprietário e a guarnição da Polícia Militar daquele município situado no Sertão centro-norte do estado, margeado pela rodovia BR-020(Fortaleza-Brasília), sendo que o episódio culminou com quatro mortes⁵, vários feridos e a primeira desapropriação para reforma agrária deste Estado, sendo primeira desapropriação por razão de tensão social do país⁶.

4 Chamaremos de “inorreções” e não de “erros”, porque temos que compreender a dificuldade de se obter dados dependendo da proximidade temporal ou emocional com o fato pesquisado. Quanto mais recente menor será a facilidade de obter dados que oferecerão a possibilidade de observar melhor o objeto estudado, sendo assim não um erro do pesquisador apenas uma falta de sorte quanto a coleta de dados de suas fontes primárias e secundárias, limitando ou mesmo direcionando a análise do caso;

5 Morreram Joaquim Piau(carreteiro), Nonato 21(agricultor), Cídio Martins(SubDelegado) e Jorge Paulo de Freitas(soldado PM) veremos detalhadamente como ocorreu cada morte mais adiante;

6 CORREIO DO CEARÁ. Ano LVII nº17.017, Fortaleza 18/01/1971, p. 08, CORREIO DO CEARÁ. Ano LVII nº17.022, Fortaleza 25/01/1971, p. 08 O POVO. Ano LVIII. Nº 13347. Fortaleza 04/02/1971, p. 09, O POVO. Ano LVIII nº 13.985. Fortaleza, 03/07/1971, p. 07 e TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 24/05/1972;

O CONFLITO

A fazenda Japuara era propriedade do senhor Anastácio Braga Barroso, que a havia comprado por volta da década de 1940, e que nos últimos anos da década de 1950 geria a fazenda em regime de sociedade com seu gerente Firmino Amorim⁷, parente de alguns dos moradores e quem mais se envolvia nos afazeres cotidianos da propriedade.

Eram cultivados produtos de subsistência (arroz, milho abóbora, etc) e algodão para venda. A fazenda era tida como uma das mais produtivas da região e a de melhor relacionamento patrão empregado

O Amorim, ele chegou aqui no [ano de 19]45 vêi o Amorim. Ele que fez o açude, ele que fez cinco casa de tijolo na casa grande. Aí, o cara chegava aqui pidia uma morada: “-Seu Amorim me dê uma morada”. Aí ele dizia assim “-Não tem não, casa”. Aí ele, um cabra muito trabalhador chegava e fazia casa, e brocava roçado como doido que nem eu. Aí quer dizer que aí, aí o cara pagava 20% de algodão. Aos fazendeiro aqui ao redor de Canindé era três dias por semana e o algodão de metade, ao redor do Canindé, 15 légua, 20, até 30. e aqui nessa fazenda era 20% o sujeito pagava 20 ao véi e ficava com 80. aí eles tinha muita inveja...⁸

Por volta do ano de 1965 Anastácio Braga Barroso falece deixando a fazenda de herança para sua filha, Hebe Braga Barroso e a promessa de venda preferencial para o gerente Firmino Amorim, o qual havia pago uma primeira parcela à herdeira no valor de Cr\$ 40.000⁹(ou Cr\$ 1.000.000¹⁰).

Mas entre os anos de 1967-68 o comerciante Júlio César Campos, dono de outras onze propriedades, algumas que faziam fronteira com a Japuara, negociou a compra da propriedade e efetuou o pagamento do valor integral à vista, adquirindo a propriedade a qual lhe destinaria o mister para a pecuária. Na data da compra possuía a fazenda aproximadamente 38 famílias que viviam da/para agricultura. Tornando-os desnecessários para a nova incumbência ao qual a propriedade se destinava.

Firmino Amorim protestou contra a negociação da fazenda, visto que havia efetuado um primeiro pagamento para sua compra, este contava com o apoio dos

7 Entrevista com o Sr. Francisco Plauto Sousa Barros, filho de Pio Nogueira, tinha 53 anos na época, residente na Japuara. Entrevista realizada no dia 27/07/2005 em sua residência;

8 Entrevista com o Sr. Antônio Anastácio Araújo, mais conhecido como Bacafute, 78 anos, agricultor, residente na localidade de Mela Pinto/Japuara, tinha 43 anos na época. Entrevista realizada no dia 03/08/2005 em sua residência;

9 Entrevista com o Sr. Antônio Anastácio Araújo.

10 O POVO, 04/02/1971, p.09

moradores que viam no novo proprietário a possibilidade de sua expulsão daquelas terras que há muito residiam, considerando que em nossa pesquisa constatamos que muitos dos moradores já trabalhavam naquelas terras antes delas pertencerem a Anastácio Braga Barroso.

Não conseguindo uma decisão judicial favorável a seu favor, Firmindo Amorim passa, junto com os demais moradores, a pedir uma indenização pelas benfeitorias feitas nas terras durante os anos, já que o novo proprietário Júlio César Campos não os queria em suas terras.

Apoiados pela Lei 4504, de 30 de dezembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, e representados juridicamente pelos advogados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), Lindolfo Cordeiro e Ubirajara Alves, os agricultores resistiram ao latifundiário em caráter judicial. Enquanto no dia-a-dia enfrentavam as perseguições impostas pelo dono “de direito” das terras

Mas quando o César comprou, aí passamos quatro ano de luta. O gado chegava meia-noite, botava meia-noite na fazenda... meus ti, a família tudo era daqui. O pai era, meia-noite, obrigado a ir tirar gado de dentro do terreno (...). Quando era no final da safra, quando é pra cá... realizar a safra né. Quando o povo falava com ele, perguntar se ele ia ajudar (...). Os primeiro fazendeiro arrumava gente pra ajudar. Quando foi falar, ele... ele... disse que não dava né. Mas se tivesse uma cabaça tinha que dar uma cuia pra ele. Que era de metade né.¹¹

Correspondendo ao perfil dos donos de terra que tentam expulsar os moradores os quais não deseja mais em sua propriedade, Júlio César Campos no intuito de não pagar as indenizações pedidas pelos moradores tentar amedrontá-los com a queima de roçados, derrubada de cercas para que o gado coma a lavoura, e a coerção direta por meio de seu capataz Otávio de Abreu de Souza, seu filho Olavo e demais vaqueiros da vizinha fazenda de Cachoeira.

De acordo com Lygia Sigaud (1987, p.08), os alvos preferenciais desse tipo de ações sempre são os homens chefes de família, há indícios que mulheres também sofreram estes tipos de ações, mas preferencialmente os homens, pois as várias formas de coerção utilizadas surtem efeito em todo o núcleo familiar.

¹¹Entrevista com o Sr. Francisco Edilson Paes Silva, de 40 anos de idade, tinha entre 6 ou 7 anos na data do evento, residente na localidade de Garrote/Japura. Entrevista realizada em 04/08/2005 em sua residência, junto com o seu pai Francisco Mariano Mundoca;

O fazendeiro quase obteve êxito, pois muitos agricultores o procuraram para negociar “uma indenização” individual, até mesmo Francisco Nogueira Barros, conhecido como “Pio Nogueira” – assim o chamaremos daqui por diante – ele que com a desistência de seu cunhado Firmindo Amorim assumiu a liderança dos moradores e encabeça as ações judiciais, o que lhe rendeu maior atenção de seu antagonista Júlio César Campos, como nos diz seu filho o Sr. Francisco Plauto:

...o padrim Amorim ainda questionou uns dias, mas vai ter muito naqueles dias, denúncias de agressões e pediupra meu pai que era cunhado dele Francisco Nogueira Barros, Pio Nogueira, ficar de conta da fazenda, que ele ia morar em Fortaleza, que ele era uma pessoa véia, quase 80 anos, ele não suportaria tanta agressão, (...) e aí o meu pai ficou tomando de conta como gerente, e o meu pai também tinha muitos bens aqui, como sítio, muito campo de algodão, criação de gado. Aí Seu César passou a questionar pra expulsar o meu pai sem o direito a nada, aí papai procurou muitas vezes acordo como o Seu César, pra... pra que não acontecesse conflito. Prá Seu César dá uma ajuda a ele, mais ou menos uma porçõzinha de indenização a ele, e ele saíria do terreno, **abandonava**, porque naquele tempo era o tempo cômico se dizia... dos coronéis, era... era a polícia e a justiça, casava e batizava... (*grifo nosso*)¹²

O fazendeiro terminou logo a questão por motivo de não querer pagar “qualquer” indenização que fosse. Mesma injusta, já que qualquer negociação feita homem à homem seria aceita pelos moradores que lhe procuravam, já que estavam impossibilitados de trabalharem tranquilamente nas terras. Podemos perceber que o fazendeiro tinha como certa a saída dos agricultores, já que para tanto não queria mais dispor de dinheiro.

Transcorrendo muito tempo, e não vendo sua vontade prevalecer, Júlio César Campos, que no dia 30 de dezembro de 1970, já havia utilizado a força policial para prender alguns agricultores que pescavam no açude da fazenda, com a denúncia de que eles estariam “baldeando” as águas que seu gado bebia. Vemos que o poder privado e o público se misturam para realizar seu interesse particular sob a fachada da defesa do direito do comerciante e latifundiário local.

12 Entrevista com o Sr. FRANCISCO PLAUTO SOUSA BARROS, 53 anos, agricultor (desde o falecimento de seu pai – Francisco Nogueira Barros – em 2002), residente na localidade de Japuara, realizada no dia 27/07/2005 em sua residência;

Já não era mais o tempo de se usar jagunços armados visto que “...a função de controle social via coerção físicas estava monopolizada pelos militares”¹³ e convinha fazer uso do aparato policial no intuito de se preservar

Em função da força do poder local na nomeação de delegados de Polícia, e do fato de que, por suma série de distorções do processo eleitoral, os grandes fazendeiros tendem a controlar a maior parte dos governos estaduais, não chega a surpreender que as polícias ocupem o terceiro lugar no rol de executores, nem que tenham uma atuação semelhante às milícias. Sua presença pode ser indicativa de que a violência contra os trabalhadores rurais constitui espaço privilegiado para a efetivação da aliança do poder público e o poder privado¹⁴.

Aproveitando-se do feriado de ano-novo ocorrido em uma sexta-feira, no dia 02 de janeiro de 1971 (um sábado), Júlio César Campos

... que deu ordem ao seu empregado José Maciel para recrutar pessoas da cidade, para realizarem a derrubada da barragem do açude da fazenda Japuara(...) de sua propriedade, que reunido uns trinta homens aproximadamente, saíram os mesmos para a mencionada fazenda, a fim de encontrarem-se com o Sr. Otávio Abreu, gerente da fazenda Cachoeira (...) o qual iria dirigir o serviço de derrubada¹⁵

Tal arrombamento foi divulgado na cidade durante a semana, visto que alguns populares que dispunham de veículo automotor foram a fazenda Japuara observar esta sangria da barragem. A justificativa do arrombamento segundo César Campos era de “... que Pio indevidamente autorizou a pescaria no açude, quando este encontrava-se quase seco, provocando desta forma uma mistura na água que era pouca, e , impedindo conseqüentemente, de ser a mesma utilizada pelo gado.”¹⁶. Com a “desculpa” de arrombar o açude, e pela promessa do pagamento de Cr\$10,00 (valor de 5 diárias pagas nas frentes de combate às secas)¹⁷, juntou-se aos carreteiros do mercado, um enorme contingente de

13SIGAUD, Lygia. *Violência e Cidadania: milícias, jagunços e democracia*. In.: *Violência*. Suplemento vol. 5 da Revista Ciência Hoje nº 28. [S.l.:s.n], janeiro/fevereiro de 1987, pp. 06-10 [originado da 38ª Reunião Anua da SPBC – Curitiba, julho de 198,p.09

14 SIGAUD, Op. Cit. p.09

15 Termo de Declarações de Júlio César Campos em 26/03/1971. ARQUIVO DO FORUM DA COMARCA DE CANINDÉ – Inquérito Policial Militar - IPM nº0002/1971-SSJD/PMC, aberto através da portaria nº 002/1971 de 12 de janeiro de 1971. 123 folhas. Datilografado,;Nota-se que o Sr. César Campos foi chamado após 80 dias dos fatos ocorridos na Fazenda Japuara alegando motivos de doença.

16 Termo de Declarações de Júlio César Campos em 26/03/1971. ARQUIVO DO FORUM DA COMARCA DE CANINDÉ – Inquérito Policial Militar - IPM nº0002/1971-SSJD/PMC, aberto através da portaria nº 002/1971 de 12 de janeiro de 1971. 123 folhas. Datilografado.

17FROTA, Luciana Silvana Aragão. Documentação oral e a temática da Seca. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985. p. 272

trabalhadores da frente de serviço da BR-020 (Fortaleza-Brasília) esses expropriados pela adversidade climática do ano de 1970, ano de grande escassez de chuvas:

Conforme relatório da SUDENE, esta seca de 1970 “atingiu uma população ativa de 500mil pessoas, alcançando outro dois milhões de indivíduos. O fenômeno climático afetou oito Estados, correspondendo a um total de 605 município, numa extensão territorial de aproximadamente 507 KM², ou seja, 62% da área do polígono das secas¹⁸

O que mais chama a atenção é que os contratados ao descerem dos caminhões – os números diferem entre dois à cinco veículos – alguns pertencentes ao Departamento Nacional de Obras de Combate a Seca (DNOCS) não foram ao açude, que Júlio César Campos afirmou ser o plano, mas dirigiram-se ao estabelecimento comercial de Pio Nogueira, à sua residência e algumas outras casas próximas, e as cercas das imediações, passando a destelhar as casas, jogar os pertences para fora das residências e arrancar as cercas¹⁹.

Pio Nogueira, que estava nas proximidades do açude – não podemos saber se era para impedir o arrombamento – em sua área de plantio de banana, ao ser avisado do que estava ocorrendo retorna a sua casa, arma-se com uma espingarda calibre 20, solicita aos que estavam em cima que parem o serviço de destelha, e ao não ser atendido dispara um tiro. Um dos contratados, o carreteiro conhecido como Joaquim Piau precipita-se de cima da casa caindo sobre uma vara da cerca, sendo trespassado por esta vindo a falecer, outro contratado pula de cima da casa quebrando a perna²⁰. Os demais fogem temendo igual destino²¹.

Chegando em Canindé, relatam ao comerciante Júlio César Campos o ocorrido. Este procurou a guarnição da polícia que estava sob o comando do Subdelegado Cídio Martins que junta uma guarnição formada de um cabo e três soldados, pegando o carro-de-aluguel, uma Rural Willians de seu irmão Francisco “Chico” Martins, que foi dirigindo, seguiram para a fazenda Japuara, para capturar o homicida.

18 SOUZA, Itamar; FILHO, João Medeiros. Os degredados filhos da seca. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1984. p.36

19 Entrevista com Maria Paes Fernandes, conhecida como Maria do Jacó, realizada no dia 28/07/2005

20 Termo de Declarações do Indiciado Francisco Nogueira Barros em 14/02/1971. ARQUIVO DO FORUM DA COMARCA DE CANINDÉ – Inquérito Policial Militar - IPM nº0002/1971-SSJD/PMC, aberto através da portaria nº 002/1971 de 12 de janeiro de 1971. 123 folhas. Datilografado

21 Conta-se que um dos contratados que fugiram ao pular uma cerca, sua camisa ficou presa e este passou a gritar: “Fui eu não Seu Pio. Me mate não. Fui eu não” frase essa que caiu no anedotário popular de Canindé.

Na fazenda estava Pio Nogueira dentro de sua residência e um grupo de agricultores a observar o que iria ocorrer, ou como afirmaram os militares, aguardando sua chegada para atacá-los²². Ao chegarem, o Subdelegado Cid Martins ordena que um agricultor de nome Raimundo Nonato Paes²³, o Nonato 21, que tinha entre 70 e 75 anos, entrega sua arma, uma foice. O agricultor responde que aquilo não era arma, mas o objeto de seu trabalho do qual estava retornando. O Subdelegado dá um tiro que acerta entre o pescoço e o maxilar do ancião – também dependendo da fonte – este em convulsão acerta um golpe no Policial retirando-lhe a abóbada do crânio, matando-o na hora.

Os entendimentos sobre como se deu a morte do Subdelegado são brumas que turvam a compreensão dos fatos que ocorreram. Pois é difícil entender como um ancião após receber um tiro de revólver calibre 38 – calibre de alto impacto, ou seja, é feito para derrubar o oponente – consegue acertar um golpe de tamanha magnitude em uma pessoa mais nova.

Os jornais também divergem quanto a “*causa mortis*” desses dois personagens. O POVO e o CORREIO DO CEARÁ (ambos de 04/01/1971) afirmam que o Subdelegado foi recepcionado pelo golpe de foice e que o restante da guarnição policial atirou contra Nonato 21, sendo que o CORREIO afirma que Valdemar 21 (filho de Nonato) ajudou no ataque. Já o GAZETA DE NOTÍCIAS (de 04/01/1971), diz que “...o subdelegado dirigiu-se ao agricultor Pio, disposto a prendê-lo, mas este reagiu a golpes de foice abatendo imediatamente o policial (...) ao apanhar o revólver de sua vítima e com ele atacou os policiais.” Ainda diz que Nonato 21 foi abatido com um tiro na cabeça enquanto atacava o subdelegado já morto no chão. O ESTADO (04/01/1971) corrobora com a afirmação acima dizendo que o episódio “...seria parte de uma vingança do indivíduo Pio Nogueira Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé. Inúmeras vezes (...) detido pelo delegado assassinado.”

O jornal O DIA (03/01/1971) afirma que o Cídio Martins morreu com um tiro no peito, o soldado Paes, com um tiro na testa e um sujeito chamado Zé Soldado (que só

22 ARQUIVO DO FORUM DA COMARCA DE CANINDÉ – Inquérito Policial Militar - IPM nº 0002/1971-SSJD/PMC, aberto através da portaria nº 002/1971 de 12 de janeiro de 1971. 123 folhas. Datilografado;

23 Paes ou Paz, os dois nomes são encontrados tanto nos jornais como no IPM, e os entrevistados não sabem qual era realmente o sobrenome da família 21

aparece nessa matéria e no livro retrato da Repressão política no Campo²⁴), com um tiro na barriga

O próprio Inquérito Policial Militar (IPM), ao pedir o auxílio dos peritos criminalistas deixa vaga possibilidade de um ancião após receber disparo de arma de fogo na face ter capacidade de revidar do ocorrido, onde a peça criminal afirma sem responder se sim ou não

Se um disparo de arma de fogo de calibre 38 duplo, atingindo uma pessoa de estatura média, numa distancia de cinco metros, aproximadamente, na região facial, essa pessoa ainda teria condição de luta? RESPOSTA: **Levando em consideração oa[sic] grande variação de ângulos de disparos de projéteis de arma de fogos depende de vários fatôres[sic]** (grifo nosso)²⁵

Em nossas entrevistas pudemos observar que novos fatos foram relatados indiretamente – as vezes *em segredo* – pela ênfase dado a alguns nomes e ações relacionadas ao episódio que poderiam dissipar dúvidas sobre a morte do Subdelegado e do agricultor, todas com o envolvimento de Waldemar Ramos Paes, o Waldemar 21(já falecido), filho de Nonato 21, o qual foi até homenageado dando nome ao Posto de Saúde da localidade (atualmente o nome foi apagado)²⁶.

As duas mortes foram o estopim para o conflito entre os demais agricultores, os Policiais Militares e o irmão do Subdelegado. Ao término do conflito mais uma morte se contabilizou, a do Soldado PM Paulo Jorge de Freitas, o Soldado Freitas, terminando com quatro mortes e alguns feridos essa contenda.

Os policiais sobreviventes, mais o motorista do carro de aluguel Chico Martins, abandonam a Rural Willians e os corpos, pegando um carro que vinha de Boa Viagem para Canindé, no intuito de solicitar auxílio da capital com reforço policial. Os agricultores embrenharam-se nas matas, fugindo do que lhe aguardava pela afronta imposta, deixando para trás seus familiares: esposas, filhos e filhas menores. Estes que receberam a violência dos contingentes vindo da capital.

24 CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010, p.112

25 ARQUIVO DO FORUM DA COMARCA DE CANINDÉ – Inquérito Policial Militar - IPM nº0002/1971-SSJD/PMC, aberto através da portaria nº 002/1971 de 12 de janeiro de 1971. 123 folhas. Datilografado; folha 79.

26 Acontece com o Posto o mesmo que aconteceu na Escola da localidade, que recebeu o nome de Francisco “Pio” Nogueira Barros, mas o nome não é reconhecido pela Secretaria de Educação do município (que deu outro nome para escola), não que isso incomode aos moradores locais, visto que acham a homenagem digna e assim afirmam a identidade coletiva da localidade.

O caso da ação violenta da PM que ganhou mais notoriedade foi o do filho de Pio Nogueira, o menino Francisco Sousa Barros, que tendo em média nove anos de idade foi obrigado a adentrar nas matas com os policiais militares açoitando-lhe as costas, carregando os fuzis, para sensibilizar Pio Nogueira para que este saísse de seu esconderijo e se entregasse pelo bem de seu filho. O acontecimento chegou ao conhecimento nacional a partir da obra “Brasil: Nunca Mais!”, que relata as torturas impostas pelo Regime Militar, especificamente torturas imposta a menores, baseado nos processos contra a ditadura.

O projeto Brasil Nunca Mais (BNM) do grupo Tortura Nunca Mais, coletou várias peças judiciais guardando cópia no país e no exterior para garantir a possibilidade das gerações futuras terem acesso a elas, e no Processo BNM nº 82, V. 5º, p.1.199²⁷, temos o depoimento de

...testemunha informante na Justiça Militar do Ceará, a camponesa Maria José de Sousa Barros, de Japuaara, contou em 1973 (...) e ainda levaram seu filho para o mato, judiaram com o mesmo, com a finalidade de dar conta de seu marido, que o menor se chama Francisco de Sousa Barros e tem idade de nove anos; que a polícia levou o menino às cinco horas da tarde e somente voltou com ele às duas da madrugada mais ou menos (Brasil: 2001, p.43)

Esse episódio é facilmente encontrado em obras acadêmicas disponíveis na internet, o que trataremos mais adiante. O que ilustramos é que os familiares que não fugiram tiveram que suportar as agruras impostas pelos policiais militares que perseguiram os agricultores pelas matas, e tentavam de várias formas obter alguma localização por partes dos familiares.

Durante quatro dias os agricultores ficaram escondidos nas matas, e por intermédio de Félix Mateus que morava distante da Japuaara – por isso não foi alvo da investigação policial – conseguiram se comunicar com a FETRAECE - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará - , que enviou os seus advogados.

Jornalistas, Advogados e representantes da FETRAECE acompanharam a rendição dos agricultores que foram levados diretamente à Fortaleza para as dependências da TV Ceará Canal 2 onde deram entrevista ao telejornal noturno e foram recambiados à

27 Não nos aprofundaremos no processo em si, visto que a magnitude da fonte suscita outro estudo só para ele. Atualmente alguns dos processos estão disponíveis em formato digital (scaneados com muitas páginas ilegíveis), no site Brasil Nunca Mais Digit@l. O processo BNM 082 que conta com 3716 páginas pode ser lido em baixa resolução no endereço, http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_01&pesq=&pesquisa=Pesquisar

titulo de prisão preventiva – não decretada – ao Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Sapadores(atual Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, na época ainda era ligada á Polícia Militar).

Interessante notar que a condução para a capital do Estado se deu por rodovias vicinais, e não diretamente pela BR-020, o que nos leva a acreditar que o Coronel PM envolvido não poderia garantir a segurança dos agricultores se esses fossem encontrados pelos demais policiais militares envolvidos no teatro de operações na fazenda e em Canindé.

Durante o tempo transcorrido em que estavam no Quartel dos Bombeiros, várias prisões eram efetuadas em Canindé, sendo que todos os detidos pela força policial eram apresentados pelo Delegado Especial de Canindé, o Coronel PM Raimundo Pereira Filho, como principais envolvidos no conflito. Nesse rol de presos constam esposas de agricultores, filhos menores, moradores próximos da área de conflito.

Foram presos em Canindé José Lúcio, Francisco Mundoca, Geraldo Alves de Freitas²⁸, Luiz Gomes, José Batista de Abreu, José Ferreira da Silva, Antônio Anastácio Araújo, as mulheres Maria José Sousa Barros (esposa de Pio), Francisca Cosme de Oliveira e Zilda Pereira de Oliveira²⁹, entregaram-se a polícia Francisco Plauto (filho de Pio) e Luiz Mariano Soares (irmão de Francisco Mundoca) E Valnir Abreu(menor de idade, filho de Joaquim Abreu)³⁰. José Lúcio nos conta como foi sua prisão

Passei três dias no mato. Fugi com o Seu Bacafute. Fui pego no carro da polícia. Estava com fome. Apanhei muito no caminho. Levei coronhada, chute... disseram que iam me matar. Que eu era culpado (...) Depois o Coronel mandou me soltar. (...) os soldados falaram que eu ia voltar se descobrissem qualquer coisa.³¹

Outro dado interessante é *anão participação* ou *não convivência* do Coronel Raimundo Pereira Filho, Delegado Especial do município que no dia do ocorrido estava ausente da cidade – provavelmente aproveitando o feriado prolongado de fim de ano – mas antes de sair deixara a ordem para que os policiais militares não se envolvessem em questões relacionados à posse de terra como relataram os Policiais que saíram feridos do

28 Estes três noticiados em O POVO, 05/01/197 e GAZETA DE NOTÍCIAS, 05/01/1971

29 Estes sete noticiados em CORREIO DO CEARÁ, 04/01/1971 e O POVO, 06/01/1971

30 Estes que se entregaram foram noticiados em CORREIO DO CEARÁ, 06/01/1971, GAZETA DE NOTÍCIAS, 07/01/1971

31 Entrevista com o Sr. José Lúcio Ferreira, conhecido como Zé Lucio, 80 anos, morador da Japuaara, entrevista realizada em sua residência no dia 04/08/2005;

conflito, o Soldado Raimundo Paz,, Cabo Francisco Silva Rocha, e Soldado Francisco Pereira Neves ³².

O Coronel é tido entre os entrevistado-colaboradores como exemplo de brio e retidão por sua “isenção”,no conflito sendo o contraponto do Subdelegado falecido, o qual é considerado conivente com a vontade das elites locais, como nos disse Antônio Anastácio Araújo “... se o Coronel estivesse em Canindé, não tinha acontecido nada (...) ele era um Coronel e não obedecia ao César Campos”³³.

Com Pio Nogueira e os demais agricultores envolvidos diretamente no conflito se entregando em Fortaleza,os presos de Canindé foram liberados e esquecidos pela imprensa estadual que noticiou os fatos dia-a-dia, passando Pio e seus companheiros a estamparem as notícias.

Passados 30 dias, os agricultores foram liberados retornando as suas residências. Ao término do Inquérito Policial Militar(IPM), cento e vinte dias após a abertura, o que extrapolou os prazos legais para tal – 60 dias mais 30 de prorrogação – ao apresentar a “solução” do IPM – peça final – concluiu-se que

Diante o exposto[*sic*] conclui-se que o Sr. Júlio César Campos, Otávio Abreu de Souza, Francisco Nogueira Barros e seus companheiros são os responsáveis diretos pela chacina ocorrida na Fazenda Japuara, deixando claro a imprudência e incapacidade do ex-Delegado de Polícia Cídio Martins³⁴

Vemos que se concluiu que a responsabilidade das mortes do Subdelegado e do Soldado Freitas, e dos ferimentos dos demais policiais militares que se envolveram no conflitofoi do próprio Subdelegado falecido Cídio Martins que não soube como resolver a questão. Do comerciante e fazendeiro Júlio César Campos e de seu capataz Otávio Abreu de Souza por haveremexpulsado os camponeses sem esperar uma decisão judicial para tanto, e de Pio Nogueira e seus companheiros – sem nomear quais – por haverem entrado em confronto com a força policial. Destes que foram responsabilizados apenas os agricultores foram a júri popular e inocentados³⁵.

32 ARQUIVO DO FORUM DA COMARCA DE CANINDÉ – Inquérito Policial Militar - IPM nº0002/1971-SSJD/PMC, aberto através da portaria nº 002/1971 de 12 de janeiro de 1971,

33Antônio Anastácio Araújo, conhecido como Bacafute, 78 anos, agricultor, residente na localidade de Mela Pinto/Japuara. Entrevista realizada em 03/08/2005

34 ARQUIVO DO FORUM DA COMARCA DE CANINDÉ – Inquérito Policial Militar - IPM nº0002/1971-SSJD/PMC, aberto através da portaria nº 002/1971 de 12 de janeiro de 1971, p. 121

35 O POVO, 16 e 17/05/1984 e DIÁRIO DO NORDESTE, 17/05/1984.

César Campos se foi julgado não se sabe, nem pelas mortes, nem pela acusação de sabotagem por planejar arrombar o açude (obra pública do DNOCS) o que lhe valeu um enquadro na Lei de Segurança nacional³⁶, sabe-se que teve suas terras desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde teve que pagar multa de débito latifundiário por não haver registrado a fazenda na época da compra em 1965³⁷

A morte do carreteiro Joaquim Piau, que ocasionou a ida da unidade policial à fazenda Japuara mal é citada dentro da peça investigativa, sendo quase totalmente esquecida, sem ninguém responsabilizado por sua morte embora todos, e até o próprio Pio Nogueira afirme ter sido ele que causou a queda com o tiro.

Nesse meio-tempo, entre a liberdade do Quartel dos Bombeiros e o término do IPM, a fazenda Japuara havia sido desapropriada junto com outros terrenos de fazendas próximas de propriedade de Júlio César Campos, as quais serviram de pagamento das taxas agrícolas que devia ao governo federal. A Japuara foi separada em 39 lotes distribuídos entre as 38 famílias, e um lote ficou para a instalação da escola desse primeiro assentamento de Reforma Agrária do Estado do Ceará.

Após 13 anos, em 16 de maio de 1984, os agricultores, e somente os agricultores foram à julgamento por júri popular. Foram eles: Francisco Nogueira Barros (Pio), Luiz Mariano da Silva (Luiz Mundoca), Raimundo Mariano Filho, Alfredo Ramos Fernandes (Alfredo 21, sobrinho de Nonato 21), Jacó Ramos Paz (Jacó 21, aparentado de Nonato 21), Antonio Abreu de Sousa e Valdemar Ramos Paz (Valdemar 21, filho de Nonato 21) – os que haviam fugido junto com Pio - tiveram como advogado de defesa Edílson Lima, visto que o advogado que os acompanhou durante a lida pela indenização, Lindolfo Cordeiro fora assassinado em 1978 por questões latifundiárias na cidade de Tianguá³⁸.

Todos conseguiram a absolvição das acusações que lhes foram impostas, restando-lhes a memória daqueles dias conturbados e a esperança de não mais viverem momentos semelhantes.

36 GAZETA DENOTÍCIAS, 02/02/1971

37 O POVO, 31/07/1971

38 O POVO, 14/11/1978. o mesmo já havia sido preso pelo governo militar, fora morto a

O DITO E O NÃO DITO

Os fatos envolvendo a fazenda Japuará passaram pelo crivo de vários tipos de entendimentos, apreensões, assimilações e apropriações dependendo de quem lançava seu olhar para aquele acontecimento em particular.

Os pesquisadores que se propuseram a entender o que ocorrera naquele rincão do Ceará, fizeram dentro de suas convicções e linhas de pesquisas, seja pela sua análise, pelas informações falhas devido a proximidade com os fatos, as primeiras obras sobre o caso ganharam o senso-comum fazendo com que a comunidade partilhasse de interpretações dúbias sobre aqueles camponeses.

Começaremos pelos historiadores locais, que na cidade de Canindé temos quatro expoentes, os quais citaremos pela cronologia de suas obras e observaremos como estes se relacionaram aos fatos da fazenda Japuará.

Primeiro trataremos do canindeense Hélio Pinto Vieira e sua *Cronologia Canindeense* que de forma cronológica trata da história de Canindé e ao chegarmos ao ano de 1971 apenas diz que em “1971 – no dia 02 de Janeiro ocorreu a chacina da Fazenda Japuará, no município de Canindé, que teve origem em questão pela posse de terra”³⁹, e só.

Nota-se a falta de profundidade desta obra quando aborda o episódio, sendo que ao tratar de fatos relacionados a religiosidade de Canindé (a grande marca da cidade), o autor se aprofunda mais. Acreditamos que a luta dos camponeses contra um conhecido cidadão da cidade e a morte de duas autoridades policiais filhos da terra seria um assunto destoante da aclamada religiosidade de Canindé, portanto inapto para figurar nos anais da cidade. Pois o autor nem sequer cita nomes e nem detalha as causas.

Outro autor que também teceu uma obra sobre o passado de Canindé foi Augusto César Magalhães Pinto em sua *Viagem pela história de Canindé: Ensaio Cronológico e iconográfico, dos primórdios aos dias atuais*. A qual buscou em documentação vasta da cidade, também trabalhando o aspecto iconográfico – fotografias – enriqueceu o conhecimento do passado. Trata-se de um acompanhamento cronológico do desenvolvimento do município, ressaltando os chamados filhos ilustres e principais efemérides, sempre recheando a obra com detalhes e curiosidades sobre pessoas e fatos, mas ao chegarmos ao ano de 1971, vemos que

39VIEIRA, Hélio Pinto. *Cronologia Canindeense*. Fortaleza: Imprensa Universitária-UFC, 1997. p.60

Ocorreuna manhã desse dia, na fazenda Japuará, em Canindé, pertencente ao comerciante Júlio César Campos, grave conflito de terra, resultando na morte de Joaquim Piau (estivador), Cídio Martins (delegado de Polícia Civil do município), Jorge Paulo Farias (soldado PM) e Raimundo Nonato Paz (agricultor). No conflito saem feridos gravemente Raimundo Paz e Francisco Pereira Neves, ambos soldados da Polícia Militar do Ceará, além do motorista Francisco Martins, irmão do delegado assassinado. São levemente feridos os soldados PM Francisco Silva Rocha e José Magalhães Leitão, além dos agricultores Valdemar Ramos Paz e Luiz Mariano da Silva. O líder dos agricultores é Francisco Nogueira Barros, conhecido como Pio Nogueira. A notícia sobre o conflito foi rapidamente divulgada em todo o país e no exterior. A fazenda Japuará é posteriormente desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo a primeira desapropriação rural no Ceará e a segunda do país⁴⁰.

Nosso autor destaca a importância do fato como sendo o primeiro do Estado. Mas, mesmo informando os nomes dos envolvidos, notamos que Júlio César Campos é apenas o proprietário das terras onde se desenrolou o conflito, não esclarece como se deu as mortes e qual o tempo transcorrido do conflito à desapropriação, o fato figura como um acontecimento de um único dia, sendo a maior repercussão a desapropriação, a primeira do Ceará.

A tarefa do historiador é questionar a história hegemônica (bem como seus autores), temos que nos lembrar que tais obras são as que estão mais próximas das comunidades em que se desenrolaram os fatos e, portanto, são importantes para a fundamentação histórica-identitária daquela população. O pouco valor reservado a fatos em que as classes populares ganham notoriedade torna-se a arma para seu total esquecimento, apagando-a do conhecimento público, questão comum na História Oficial.

Outro historiador local é Padre Néri Feitosa, este o que mais se aprofundou na percepção dos fatos envolvendo os moradores da fazenda Japuará, aliás ele mesmo mora no que antes foi a casa da fazenda, o que deveríamos esperar um maior cumplicidade com o conflito. No entanto temos uma visão deturpada e anacrônica do que ali se desenrolou, onde em sua obra *Japuará e a tragédia de 1971* (No prelo), denominada Monografia nº02 do Instituto Memória de Canindé (tendo como seus membros os dois autores acima citados).

O Padre assim define os envolvidos:

40PINTO, Augusto César Magalhães. **Viagem pela história de Canindé: Ensaio Cronológico e iconográfico, dos primórdios aos dias atuais**. Canindé-CE: Realce Editora & Ind. Gráfica LTDA, 2003. p. 207

Júlio César Campos é benfeitor anônimo de Canindé (...). Rico e desprendido, amante de sua terra e com grande capacidade de serviço, realizou por conta própria, trabalhos que pareciam públicos ou de que prefeitos se aproveitaram (...). Não foi feliz em escolher para advogado o Dr. Barros dos Santos (...), César foi contra a presença do Delegado substituto na Japuara (...). Júlio César Campos até sabia valorizar os seus servidores e os assinalava com rara amizade.

Francisco Nogueira Barros, vulgo Pio, (...) não era líder natural: é acusado pelos companheiros nos depoimentos da pesquisa: - de ser mal relacionado com a família; - de se mal relacionado com os parceiros; de ter ótima presença e péssima ausência(?) - de apropriação indébitas dos bens da Comunidade (...) não foi por ter liderança que os outros se acostaram a ele(...) se envolveram com ele levados pela circunstancia (FEITOSA: [200-], p. 06)

Os dois principais envolvidos são apresentados de forma dual como numromances, onde todo herói tem seu inimigo, onde as qualidades de um são reforçados diante dos defeitos dos outro. Tal constatação é encontrada facilmente quando trabalhamos com história oral, mas em um livro histórico como é pretendido pelo autor deveria ser melhor avaliada, evitando-se opiniões sem mostrar as fontes que as embasaram.

O Padre Néri, ainda completa que “*O parcelamento da fazenda Japuara gerou ser regresso econômico(...). O parcelamento gerou donos pobretões que levam vida infra-humana: não podem (ou não querem) remontar as cercas, não podem melhorar as casas...*”. Na concepção do autor ficar aparente a antipatia pelo que foi feito à fazenda, que em suas palavras era “a mais produtiva” e agora não representa geração de renda a ninguém, considerando o conflito e seus resultado um “erro”.

Um exemplo de outros setores que se apropriaram do “conflito da Japuara” é a Comissão Pastoral da Terra(CPT), que em sua 12ª Romaria da Terra, o que aliás, quando foi instituída no ano de 1984, com o tema “Terra para o povo de Deus” foi em Canindé – coincidência? – onde a Secretaria Regional Nordeste I da Igreja Católica comprometeu-se com o trabalhador sem terra do Ceará, sendo que as reunião da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil(CNBB) em sua 22ª Reunião naquele ano teve as temáticas “Igreja e os Problemas da Terra” e “Nordeste à Missão da Igreja no Brasil”⁴¹. .

A Japuara figura da seguinte maneira, sob o tema “Povos do Ceará, retomando suas terras para viver, produzir e celebrar”, o conflito esta situado no tópico “Lutas pela

41BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992. p.99

conquista da Terra no Ceará” e no sub-tópico “Lutas mais recentes”⁴². Conta-se a história não fugindo do que se coletou em nossa pesquisa, omitindo-se apenas alguns fatos relacionados às tentativas de acordo com os pedidos de indenização. Na cartilha se entende a Japuaara como uma luta pela terra, uma ocupação em nome do coletivo e não uma defesa de direitos conquistados, nem uma autodefesa da ação do proprietário e da PM, apenas afirma: “*No conflito morreram quatro pessoas e 17 saíram feridas (...). após o conflito a FETRAECE encaminhou pedido de desapropriação ao presidente do INCRA...*”⁴³. A cartilha mostra o episódio como um exemplo de resistência próxima do que se realiza no Movimento Sem Terra (que não existia na época).

Passando para obras mais acadêmicas temos Airton de Farias(2007), que nos relata

...nenhum registro de ações das esquerdas armadas nos jornais de 1971, apenas a suspeita sobre alguns episódios noticiados como crimes comuns e sem maiores repercussões, embora a repressão continuasse com a prisão de vários comunistas e mesmo assassinatos de camponeses, como o ocorrido na Fazenda Japuaara, em Canindé-CE, (...) quando agentes do DOPS, atuando como verdadeiros jagunços tentaram expulsar um grupo de trabalhadores que haviam invadido a propriedade – no confronto que se sucedeu foram mortas quatro pessoas, entre elas o líder camponês Raimundo Nonato Paz⁴⁴

O autor seguindo sua linha de pesquisa apresenta a Japuaara como palco exclusivo de repressão estatal, desconsidera a ação dos contratados de Júlio César Campos. Agora só há agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e os agricultores invadiram a propriedade, relacionando o “conflito da Japuaara” com ações do MST,(fundado em 1985), homogeneizando as questões agrárias sob um único foco, o da invasão e resistência.

Confundir o “conflito da Japuaara”, ou mesmo relaciona-la com o MST é perder de vista a dinâmica das relações que se desenvolveram durante aquele período, simplificar a análise suprimindo informações para posiciona-lo melhor na pesquisa. Até mesmo Raimundo Nonato Paz, o Nonato 21 agora figura como líder camponês. Mas no mesmo parágrafo para complementar o porquê da ação do DOPS no Estado, o autor diz que “*As autoridades afirmavam-se ‘atentas à subversão’, alertando e difundindo o temor entre a*

42 12ª ROMARIA DA TERRA:2005, pp.10-15

43 12ª ROMARIA DA TERRA:2005, p.14

44FARIAS, Airton de. **Além das armas:guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.pp.204-205

população que a ameaça subversiva continuava, como ao sugerir a possibilidade de o terrorista Carlos Lamarca (...) ter se refugiado no Estado.”⁴⁵ Só que o caso do Lamarca no Ceará foi em junho de 71(O POVO, 30/06/1971), mas para fundamentar a ação estatal contra os agricultores o autor usou tal argumento, mesmo sem haver nenhuma relação direta entre os fatos.

Maria Glória WolmaldOchoa⁴⁶, ao estudar as origens do movimento sindical rural no Ceará, também retratou o conflito da Japuaara, mas para tanto teve que fugir do enquadramento temporal proposto na obra que era de 1954à1964, onde a pesquisadora apoiando seus estudos na documentação oral do Núcleo de Documentação da Universidade Federal do Ceará (UFC) não faz o relacionamento dos depoimentos com outras fontes, colocando a Japuaara como um luta para a efetivação de um sindicato, como podemos ver através dos depoimentos de José Leandro Bezerra da Costa e Vicente Pompeu da Silva⁴⁷.

Em Canindé, o Sindicato dos Meieiros enfrentou, logo no início um luta muito grande com um outro proprietário de nome César Campos. Os meieiros se queixavam que ele botava os bois dentro das lavouras dos moradores. Os camponeses entraram em protesto e também sustentaram firmes a posição. Com a fundação do Sindicato a polícia prendeu toda a diretoria e trouxe para Fortaleza, depois soltou, mas eles voltaram e não arredaram pé, não se afastaram da luta contra o proprietário, de sorte que um oficial da polícia foi lá com soldados e duzentos amigos do proprietário, se dizendo de amigos, mas eles iam fazendo o papel de jagunços. Chegaram lá e derrubaram a casa que era sede do Sindicato (...) numa segunda vez, anos depois, a polícia foi com um delegado civil. Dessa vez eles reagiram e daí surgiu alguns tiros e generalizou-se, depois que terminou o tiroteio estavam mortos dois soldados o camponês e o delegado civil. O governo Castelo Branco, anos depois, resolveu desapropriar a fazenda e dar títulos de posse aos camponeses.

É, o tipo de luta foi esse... A luta que houve lá (...) foi através do sindicalismo, através dos sindicatos: os patrões nem querem organização (...) porque o sindicato organizado é povo consciente, os trabalhadores obrigam os patrões a pagar os seus direitos (...). Então o topo de luta é que os maiores querem derrubar os menores, como derrubaram a Japoara, lá no Canindé. Mas de qualquer maneira , foi uma luta só porque eles fizeram Sindicato. Se nunca tivesse sido feito. Pronto.

Ambos os depoentes eram na época das entrevistas, membros ativos das entidades de representação dos trabalhadores rurais (Sindicatos, Federações, etc), e podemos entender as relações que ele fazem dos fatos com a sindicalização dos seus atores

45 Idem., p. 205

46 OCHOA, Maria Glória Wormald. **As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará 1954-1964**. Fortaleza: Edições UFC /Stylus, 1989.

47 Idem. pp.105-106

sociais, e portanto seria da alçada da pesquisadora procurar outras fontes para entender tais apropriações dos fatos para referenciar suas histórias. Infelizmente, e esse é um pecado a qual todos estamos expostos, das fontes se apresentaram ideais para a pesquisa fazendo-nos apreende-las sem contestação.

Dos os autores que trataram do conflito César Barreira é o que mais se aprofundou no assunto. Pós-Doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, é professor titular da UFC e coordenador do Grupo de Trabalho Violência, Conflitos e Prática Sociais (da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e do Laboratório de Estudos da Violência, com pesquisas atuando principalmente no campo de “conflito, poder e violência”. Tendo artigos e trabalhos publicados em outras línguas (disponíveis na internet).

Sua obra se fundamenta em várias fontes – jornais e orais – mas, ainda há detalhes que diferem do que encontramos durante nossa pesquisa. A exemplo temos esse depoimento apresentado pelo jornal O Povo de 04/09/1983: “*O que houve aqui foi a defesa dos direitos, a reação dos chefes de família atacados em seus lares por indivíduos armados até os dentes, dispostos mais a matar do que a morrer*”⁴⁸, onde o autor diz em seguida que o depoimento foi dado por “*...Pio, o líder do grupo e possível matador do pistoleiro*”.

Entendendo que este “pistoleiro” do qual Pio Nogueira é o possível matador, seja o carreteiro Joaquim Piau que estava destelhando sua casa, mas não é um outro personagem que só aparece nesta obra, visto que o autor nos diz que os agricultores foram implicados nas mortes “*do pistoleiro, do soldado, do delegado. Ninguém foi indiciado pela morte do trabalhador*”⁴⁹ vemos nesse pequeno trecho uma distorção dos fatos apresentados em nossa pesquisa que possivelmente seja motivada pelo direcionamento que o pesquisador dá a sua obra. César Barreira confundiu-se nas personagens da Japuara com as dos outros dois objetos de pesquisa: as fazendas Monte Castelo (Quixadá, 1978) e Santo Antonio (Caridade, final da década de 1970), onde houve efetiva ação de pistoleiros.

Desde 2004, completados 40 anos do início da Ditadura Civil-Militar, muitas obras foram motivadas a averiguar os fatos ocorridos naquele período, principalmente investigar os mortos e desaparecidos onde o Governo Federal criou a Comissão Especial

48 BARREIRA. Op. Cit. p. 51

49 BARREIRA. Op. Cit. p. 49

de Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos com várias ramificações em vários Ministérios. Direito à Verdade e à Memória⁵⁰ foi fruto desta Comissão e a obra foi apresentada como fruto dos estudos feitos através dos pedidos de indenização das vítimas do Regime Militar, o que trás em suas páginas o que se considera o único canindeense morto pelo Governo Militar mesmo com organização ou atividade política indefinida, o agricultor Nonato 21. Em sua página 150 o livro conta que

Nicolau 21'[sic], foi morto por policiais que cercaram sua casa, sob o comando de Cid Martus [sic] do DOPS/CE na região de Canindé, Ceará, em feverei de 1971.(...) Seu nome consta do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos (...) Seu filho Valdemar Ramos, foi quem protocolou o requerimento para que o Estado o reconhecesse como ativista político morto por se opor ao regime militar.

A redação sobre o Nonato 21 deste livro é a mesma encontrada no site do Grupo Tortura Nunca Mais⁵¹. Já no site dos Desaparecidos Políticos⁵², Raimundo Nonato Paz, também figurando como Nicolau 21 e não Nonato 21, foi morto clandestinamente em casa em fevereiro de 1971 pelo DOPS, através dos agentes da repressão “Cid Martus” e Capitão Antônio Carlos Alves Paiva, este foi o responsável pelo IPM já citado nesta pesquisa, sem nenhum relacionamento com o evento além de pegar os depoimentos dos envolvidos.

Outra obra nascida do estudo de órgãos governamentais é “Retrato da Repressão Política no Campo”⁵³ organizado pela antropóloga Pós-Doutora(UFRJ) Marta Cioccarri financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), o livro traz nenhum dado novo, visto que as pesquisas foram baseadas nos autores já analisados aqui. A autora citando César Barrareia(1992) afirma haver um pistoleiro no meio da ação, também chama Joaquim Piau(o carreteiro morto por Pio) de jagunço dando outra interpretação do fato, retornando ao coronelismo do início do Século XX para analisar o conflito⁵⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

50 DIREITO à memória e à verdade: Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília/DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

51 <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=99> acessado em : 01/09/2013

52 <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=149&m=3> acessado em 01/09/2013

53 CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010

54 CARNEIRO; CIOCCARI: 2010, p. 106

Tentei nestas linhas, discutir um pouco o que foi o conflito da Japuaara e mostrar como um episódio desconhecido da historiografia cearense dá margem as mais variadas opiniões e conjecturas das causas e efeitos deste capítulo da história.

Vimos que os historiadores locais não apresentaram dados que contraponham informações sobre o *status quo*, empurrando para a margem da história oficial aqueles que não coadunaram com a passividade ora esperada dos menos favorecidos economicamente.

Portanto, cabe ao historiador buscar a maior gama de fontes para que se possa analisar e questionar o que já foi dito e escrito sobre fatos históricos sem deixar passar com a devida e necessária análise autores que por ventura pesquisaram e escreveram sobre nossos objetos de pesquisa. Somos detentores do sagrado dever de vasculhar nas fontes, chafurdar nos arquivos, incomodar o *outro* e tirar o sossego de uma cidade para que todas as possibilidades de lucubração para trazer a tona o que foi o objeto pesquisado. Pois o trabalho de historiador é isso. Nada é sagrado, tudo é analisável, tudo pode ser contradito.

BIBLIOGRAFIA

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992

BRASIL: Nunca mais!. 32ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. Prefaciado por Dom Paulo Evaristo Arns.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 18ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010

DE DECCA, Edgar Salvadori. *Rebeldia e revolução na história Social*. In.: BRESCIANE, Maria Stella, SAMARA, Eni de Mesquita e LEWKOWIEZ, Ida (orgs.) **Jogos da política: Imagens, representações e práticas**. São Paulo: ANPUH-SP/Marco Zero/FAESP, [199-?], pp. 13-28

DIREITO à memória e à verdade: Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília/DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

FARIAS, Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007

FEITOSA, Néri (Padre). **Japuaara e a tragédia de 1971. Monografia nº2**. Instituto Memória de Canindé. Canindé: [S.n.: 200-]. No prelo

FROTA, Luciana Silvana Aragão. **Documentação oral e a temática da Seca**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985

OCHOA, Maria Glória Wormald. **As origens do movimento sindical de rabalhadores rurais no Ceará 1954-1964**. Fortaleza: Edições UFC /Stylus, 1989.

PINTO, Augusto César Magalhães. **Viagem pela história de Canindé: Ensaio Cronológico e iconográfico, dos primórdios aos dias atuais**. Canindé-CE: Realce Editora& Ind. Gráfica LTDA, 2003

SIGAUD, Lygia. *Violência e Cidadania: milícias, jagunços e democracia*. In.: *Violência*. Suplemento vol. 5 da Revista Ciência Hoje nº 28. [S.l.:s.n], janeiro/fevereiro de 1987, pp. 06-10 [originado da 38ª Reunião Anua da SPBC – Curitiba, julho de 1986]

SOUZA, Itamar; FILHO, João Medeiros. **Os degredados filhos da seca**. 3ªEdição. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

VIEIRA, Hélio Pinto. **Cronologia Canindeense**. Fortaleza: Imprensa Universitária-UFC, 1997